



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025**  
**(à MPV 1300/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 25 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, como proposto pelo art. 8º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 25.** A CDE, de acordo com o disposto no art. 13, *caput*, incisos VI e VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, custeará temporariamente as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do SCEE, na forma prevista no art. 27, e o efeito decorrente do referido custeio pela CDE será aplicável somente às unidades consumidoras do ambiente regulado.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As contas de energia elétrica brasileira contêm encargos de diferentes naturezas para subsídio de contas de energias de determinados agentes e setores. Essa organização é justificável no ambiente regulado, onde as tarifas de energia são determinadas pelo agente regulador, que avalia todo o contexto, contratos, perfis de consumo e outras variáveis da concessão da localidade que se aplica.

Ampliar subsídios e encargos do mercado regulado para o mercado livre de energia contraria a premissa do ‘livre comércio’ deste setor, tornando a tarifa de energia elétrica dos grandes blocos de consumidores ainda mais complexa e onerosa. Por esse motivo, se defende que ocorra a distinção específica dos dois ambientes, cada qual com suas regras e encargos bem definidos, prevenindo o desbalanceamento do setor elétrico brasileiro.



Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

**Deputado Lucio Mosquini**  
**(MDB - RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277476500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini

